



**CONSIDERANDO** a necessidade de definição de processo de trabalho unificado para expedição de mandados de prisão, contramandados e alvarás de soltura;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica criada Comissão Temporária para realizar atualização dos dados constantes no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP), incluindo unificação dos Registros Judiciais Individuais (RJI) definição de processos de trabalho a fim de unificar a expedição de mandados de prisão, contramandados e alvarás de soltura no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes membros:

- I - Ricardo Alexandre da Silva Costa, Juiz Auxiliar da Presidência, que a supervisionará;
- II - Felipe Augusto Rola Pergentino Maia, Juiz de Direito, que coordenará as atividades;
- III - Josué de Sousa Lima Júnior, Juiz Corregedor Auxiliar;
- IV - Francisco Anastácio Cavalcante Neto, Juiz de Direito;
- V - Matheus Pereira Júnior, Juiz de Direito;
- VI - Joana Paula Barbosa Farias, servidora do Núcleo de Produtividade Remota;
- VII - Thayná Caroline Santos Silveira, servidora do Núcleo de Produtividade Remota;
- VIII - Daniel Gunther Lopez Holanda, estagiário de pós-graduação do Núcleo de Produtividade Remota;
- IX - Antônia Alexandra Cândido Magalhães Freitas, estagiária de pós-graduação do Núcleo de Produtividade Remota;
- X - Camila Tavares de Figueiredo, servidora;
- XI - Rejiane Cavalcante Lacerda Lima, servidora;

Parágrafo Único. As servidoras indicadas nos incisos X e XI farão jus à percepção da Gratificação por Execução de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico (GTR), nos termos do art. 62, inciso II, da Lei Estadual nº 16.208, de 3 de abril de 2017.

Art. 3º A Comissão terá duração de 90 (noventa) dias, iniciando-se a partir de 10 de novembro do corrente ano.

Art. 4º A Comissão deverá, ao final dos trabalhos, apresentar relatório das atividades desenvolvidas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, 9 de novembro de 2021.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

**PORTARIA Nº 1853/2021**

Dispõe sobre concessão de diárias e Indenização de transporte para magistrados

A Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Resolução nº 12/2019, publicada no Diário da Justiça eletrônico do dia 27 de junho de 2019.

**RESOLVE:**

Art.1º. Conceder diárias e indenização de transporte para magistrados, nos termos do Anexo desta Portaria, ao tempo em que reconhece a dívida de exercício anterior, autoriza a emissão de nota de empenho e o pagamento dos valores referidos no Anexo supracitado, obedecidas as formalidades legais, cuja despesa está vinculada ao primeiro e/ou segundo grau de jurisdição.

**PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, Fortaleza, em 05 de novembro de 2021.

**Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

**ANEXO**

Sequência	Referência	Servidor(a)	Qtde. de Diárias	Valor Unitário Diária com Pernoite (R\$)	Valor Unitário Diária sem Pernoite (R\$)	Valor Total de Diárias (R\$)	Valor Reembolso (R\$)	Valor Total Diária +Reembolso (R\$)	Período de Referência
01	8500009-08.2021.8.06.0123	ANTONIO EDILBETO OLIVEIRA LIMA	-	-	-	-	4.172,95	4.172,95	Abril/2019 Maio/2019 Dezembro/2019 Fevereiro/2020 Março/2020
	<b>TOTAL</b>					-	<b>4.172,95</b>	<b>4.172,95</b>	

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.**